

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: CONSIDERAÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

Ruth Eugênia Cidade
Universidade Federal do Paraná - Doutoranda na Unicamp
Patrícia Silvestre Freitas
Universidade Federal de Uberlândia - Doutoranda na Unimep

Obs: Este texto encontra-se em processo de publicação na revista INTEGRAÇÃO - MEC

A Inclusão, como processo social amplo, vem acontecendo em todo o mundo, fato que vem se efetivando a partir da década de 50. A inclusão é a modificação da sociedade como pré-requisito para que pessoa com necessidades especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania (Sassaki, 1997). Segundo o autor, a inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais. Para promover uma sociedade que aceite e valorize as diferenças individuais, aprenda a conviver dentro da diversidade humana, através da compreensão e da cooperação (Cidade e Freitas, 1997).

Na escola, "pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente" (Edler Carvalho, 1998, p.170).

A escola como espaço inclusivo têm sido alvo de inúmeras reflexões e debates. A idéia da escola como espaço inclusivo nos remete às dimensões físicas e atitudinais que permeiam a área escolar, onde diversos elementos como a arquitetura, engenharia, transporte, acesso, experiências, conhecimentos, sentimentos, comportamentos, valores etc. coexistem, formando este locus extremamente complexo. A partir disto, a discussão de uma escola para todos tem suscitado inúmeros debates sobre programas e políticas de inserção de alunos com necessidades especiais. A grande polêmica está centrada na questão de como promover a inclusão na escola de forma responsável e competente.

Quanto a área da Educação Física, a Educação Física Adaptada surgiu oficialmente nos cursos de graduação através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e outras necessidades especiais. Por isso sabemos que, muitos professores de Educação Física e hoje atuantes nas escolas não receberam em sua formação conteúdos e/ou assuntos pertinentes a Educação Física Adaptada ou a Inclusão.

Sabemos também que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno portador de uma deficiência e por vários motivos, entre eles, porque os professores não se sentem preparados para atender adequadamente as necessidades daqueles alunos e porque os escolares que não têm deficiência não foram preparados sobre como aceitar ou brincar com os colegas com deficiência.

A Educação Física Adaptada "é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características

de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais" (Duarte e Werner, 1995: 9).

Segundo Bueno e Resa (1995), a Educação Física Adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos.

A Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. O Programa de Educação Física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação (Cidade e Freitas, 1997).

Segundo Pedrinelli (1994: 69), "todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor". A autora coloca que o educador pode selecionar a atividade em função do comprometimento motor, idade cronológica e desenvolvimento intelectual.

Na escola, os educandos com deficiência leve e moderada podem participar de atividades dentro do programa de Educação Física, com algumas adaptações e cuidados. A realização de atividades com crianças, principalmente aquelas que envolvem jogos, devem ter um caráter lúdico e favorecer situações onde a criança aprende a lidar com seus fracassos e seus êxitos. A variedade de atividades também prevê o esporte como um auxílio no aprimoramento da personalidade de pessoas portadoras de deficiência (Bueno e Resa, 1995). As crianças com algum nível de deficiência (auditiva, visual, física e mental) podem participar da maioria das atividades propostas.

IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA

É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. Implica, também, que esse educador conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional (Cidade e Freitas, 1997).

Conhecer para prevenir.....por exemplo:

No caso da deficiência física/motora a **Disreflexia Autonômica:** A disreflexia ou hiperreflexia autonômica pode ocorrer em um aluno que tenha lesão medular alta (T4 -6 ou acima). Um episódio de disreflexia autonômica pode acontecer súbita e dramaticamente. Uma dor de cabeça em marteladas, sudorese, manchas cutâneas acompanham hipertensão e queda na frequência cardíaca. A hipertensão pode ser maligna, se não tratada, pode resultar em perda da consciência total, crises convulsivas, distúrbios visuais, apnéia e acidentes vasculares cerebrais por hemorragia. Pode ocorrer óbito (Okamoto, 1990). As causas mais comuns da Disreflexia são: problemas urinários, especialmente bexiga cheia demais, infeccionada ou com pedras; dilatação do intestino causada por prisão de ventre; escaras ou áreas sob pressão exagerada, e até mesmo a irritação causada por

deitar-se sobre um objeto pequeno sem perceber; queimaduras e espamos uterinos, principalmente antes e nos primeiros dias da menstruação ou durante o parto (Werner, 1994). A disreflexia é uma emergência médica. Como medida preventiva em suas aulas o professor que tiver um aluno com lesão medular, usuário de cadeira de rodas, deve pedir que o aluno faça o esvaziamento da bexiga e intestino antes da aula de Educação Física. Observar os locais de maior contato com a cadeira de rodas (glúteos e as costas) para ver se não há a formação de escaras. E ainda observar que as aulas de Educação Física não sejam na hora mais quente do dia, para que não haja complicações do tipo: febre e insolação.

No caso da *deficiência mental* os professores de Educação Física precisam saber que os portadores de Síndrome de Down apresentam problemas associados, dos quais destacamos: cardiopatia - 50%; problemas respiratórios - 40%; hipotonia generalizada - quase 100%; variação térmica - 100%; obesidade - acima de 50%; problemas de linguagem - quase 100%; retardo mental - 100%; **instabilidade atlantoaxial** - 12 a 20%; problemas de visão - 60%; problemas de audição - 50%; má formação da tireóide - 4%; problemas odontológicos - quase 100%; hérnia umbilical - quase 50%; distúrbios digestivos - 12%; leucemia - 10%; hepatite (A ou B) - 70%. (Tezza, 1995). A **instabilidade atlantoaxial**, destacada aqui, é descrita como instabilidade, subluxação ou deslocamento da primeira e segunda vértebras cervicais (C1 e C2), onde se situa a articulação atlantoaxial. A instabilidade atlantoaxial é um fator predisponente a complicações neurológicas. Aos alunos com Síndrome de Down recomenda-se a investigação com Raio X lateral da coluna cervical em posição neutra, flexão e extensão dentro da máxima amplitude de movimento possível, antes de entrar na prática da atividade motora. Algumas das atividades de risco para esta parcela de portadores da Síndrome de Down são: ginástica olímpica, salto em altura, nado golfinho, mergulho, alguns exercícios de aquecimento que causem o stress da região cervical e esportes de contato direto. Observem que estas recomendações só são válidas para os acometidos de instabilidade atlantoaxial.

No caso de *deficiência visual* assegure-se de que ele está familiarizado com o espaço físico, percursos, inclinações do terreno e diferenças de piso, estas informações são úteis pois previnem acidentes, lesões e quedas. É importante que toda a instrução seja verbalizada, dando possibilidade para o que o aluno portador de deficiência visual entenda a atividade proposta No banheiro ou vestiário mostre-lhe onde está o vaso sanitário, o papel, a pia, etc. Cuidados especiais com os alunos de visão subnormal, com patologia de deslocamento de retina, não deverão fazer atividade física onde haja possibilidade de traumatismo na cabeça

No caso da *deficiência auditiva* veja se a prótese está bem adaptada, para evitar ruídos, se está suja ou entupida, verifique as condições das pilhas e se está bem regulada.

No caso da *epilepsia* é preciso saber que é uma situação que se caracteriza pela existência de crises anômalas que tendem a repetir-se e que partem de descarga cerebrais patológicas, não estando necessariamente associada a deficiência mental ou outra deficiência (CORDE, 1992). São mais comuns as **convulsões e as ausências**. Nas **convulsões** há vários tipos, há um tipo de crise convulsiva mais severa, com movimentos violentos e descontrolados e perda da consciência. Neste caso não tente mover a pessoa, a não ser que ela esteja em um lugar perigoso. Proteja-a o melhor que puder contra ferimentos, mas não tente controlar os

movimentos. Retire de perto qualquer objeto cortante ou duro. Não coloque nada na boca da pessoa enquanto ela está tendo uma convulsão, e nem qualquer objeto para impedi-la de morder a língua. No intervalo entre espasmos, vire gentilmente a cabeça da criança para um lado, para que a saliva caia da boca e não seja levada para os pulmões quando ele respira. Quando a crise acabar, a pessoa poderá ficar sonolenta e confusa. Deixe que durma (Werner, 1994). Nos casos de ausência há uma parada das atividades. O olhar fica vago e não responde se lhe falamos, pode pestanejar, poucos minutos depois retoma a atividade sem se dar conta.

Conhecendo o educando, o professor poderá adequar a metodologia a ser adotada, levando em consideração:

- " Em que grupo de educandos haverá maior facilidade para a aprendizagem e o desenvolvimento de todos;
- " Por quanto tempo o aluno pode permanecer atento às tarefas solicitadas, para que se possa adequar as atividades às possibilidades do mesmo;
- " Os interesses e necessidades do educando em relação às atividades propostas;
- " A avaliação constante do programa de atividades possibilitará as adequações necessárias, considerando as possibilidades e capacidades dos alunos, sempre em relação aos conteúdos e objetivos da Educação Física. Segundo Bueno e Resa (1995), tais adequações envolvem:
 - " adaptação de material e sua organização na aula: tempo disponível, espaço e recursos materiais;
 - " adaptação no programa: planejamento, atividades e avaliação;
 - " aplicar uma metodologia adequada à compreensão dos educandos, usando estratégias e recursos que despertem neles o interesse e a motivação, através de exemplos concretos, incentivando a expressão e criatividade;
 - " adaptações de objetivos e conteúdos: adequar os objetivos e conteúdos quando forem necessários, em função das necessidades educativas, dar prioridade a conteúdos e objetivos próprios, definindo mínimos e introduzindo novos quando for preciso.

As considerações acima levam em conta a remoção das barreiras para a aprendizagem (Edler Carvalho, 1998), colocando o educando como o centro das preocupações e interesses do professor.

Ao analisarmos a **aprendizagem motora** de portadores de deficiência não podemos desconsiderar a atuação de suas habilidades cognitivas (atenção, memória, resolução de problemas, generalização da aprendizagem) durante o todo o processo. As dificuldades para a aprendizagem de um determinado movimento ou tarefa estão relacionadas à deficiência e nível de comprometimento que o aluno apresenta. Dentro do processo de aprendizagem motora, Marteniuk em 1976, propôs um modelo para analisar os mecanismos internos básicos responsáveis pela produção do movimento com os seguintes elementos: órgãos dos sentidos, mecanismos perceptivo, mecanismo de decisão, mecanismo efetor, sistema muscular e circuitos de feedback. Nesta abordagem o homem é visto como um processador de informações, um sistema que recebe, processa, transmite, armazena e utiliza informações. Neste caso o professor de Educação Física poderá ser capaz de analisar em que parte do modelo proposto pode estar prejudicado, segundo o tipo de

deficiência presente, e utilizar estratégias necessárias para adequar o movimento ou tarefa motora. Para uma melhor compreensão do assunto, adaptamos de Bueno e Resa (1995), o modelo de execução motriz que ilustra a relação entre os possíveis problemas decorrentes do tipo de deficiência e a produção do movimento:

- " Captação da informação/entrada da informação/Input Problemas - visuais, auditivos, cinestésicos e cognitivos. Ex.: se o problema é visual, o professor, como uma das alternativas, poderá verbalizar, explicar o movimento/tarefa.
- " Processamento central ou tomada de decisão/Mecanismo de decisão Problemas - cognitivos e alterações neurológicas. Ex.: se o aluno é portador de deficiência mental, ele levará mais tempo que os outros alunos para processar a informação e tomar a decisão.
- " Resposta ou mecanismo efetor/output Problemas - incoordenação motora (paralisia cerebral), problemas orgânicos, cognitivos, ortopédicos e falta de aptidão física. Ex.: no caso da paralisia cerebral a resposta motora, à tarefa/movimento solicitado, o aluno terá dificuldades no controle dos movimentos.
- " Feedback - retroalimentação Problemas - visuais, auditivos, neurológicos (ex.: incoordenação motora na paralisia cerebral) e cognitivos. (adaptado de Bueno e Resa, 1995).

Além disso, é conveniente que o professor de Educação Física considere alguns aspectos fundamentais, necessários e já conhecidos para uma melhor adequação das tarefas ao tipo de necessidade (como forma de minimizar as barreiras para a aprendizagem) que os alunos possam apresentar. Destacamos:

1. Aprendizagem global versus aprendizagem por partes - a aprendizagem por partes é conveniente quando a complexidade da tarefa vai aumentando. A demonstração do modelo total pode ser o mais adequado quando o movimento não pode ser decomposto ou quando a tarefa se apresenta de fácil execução. O objetivo é conseguir que o aluno perceba a globalidade do ato motor e seja capaz de executá-lo.
2. Importância da propriocepção na aprendizagem de uma habilidade motora - a aprendizagem do movimento é influenciado e facilitado pela percepção cinestésica. Assim o aluno pode vivenciar o movimento, visualizar, apontar no outro, observar e comparar os seus movimentos com o do colega.
3. Capacidade lingüística - é de suma importância que o professor conheça a capacidade lingüística de seus alunos, já que a comunicação verbal é um dos meios mais utilizados no processo de aprendizagem motora.
4. Tipo de ajuda prestada - o professor de Educação Física deverá prestar ajuda ao aluno que necessite dela para executar o movimento, procurando escolher a que seja mais adequada a situação, seja ela verbal ou por demonstração. Em alguns casos a ajuda manual ou mecânica poderá ser necessária para os portadores de deficiência mais comprometidos ou a medida que aumente a complexidade da resposta

motora. No caso do portador de deficiência visual a ajuda verbal se configura como elemento básico a ser utilizado pelo professor, constituindo-se em muitas ocasiões no elemento que desencadeia o movimento. Pelo contrário, no caso dos portadores de deficiência mental o tipo de ajuda verbal poderá ser descartado em numerosas ocasiões devido as dificuldades de compreensão da mensagem (quando estas são muito longas).

5. Conhecimento dos resultados - o conhecimento dos resultados por parte dos alunos se constitui em fator motivacional para a execução do movimento ou tarefa por ele realizado, possibilitando feedback válido de sua performance. O professor deve assegurar-se de que o aluno compreendeu a tarefa, entretanto, se não houver esta compreensão o professor poderá recorrer a diferentes estratégias que permitam o entendimento da mensagem emitida. Geralmente, é no aluno portador de deficiência mental onde com mais freqüência e facilidade vão surgir os problemas de compreensão (Bueno e Resa, 1995).

Considerações Finais

Nesta nova situação, a Inclusão, é preciso como forma adicional, considerar as peculiaridades da população associadas as estratégias que serão utilizadas. Com base no que foi colocado, o professor de Educação Física poderá conhecer a necessidade, os interesses e as possibilidades de cada aluno e de cada grupo com que trabalha (o que já têm sido feito por ele). Existem uma infinidade de fatores que influem na aprendizagem de portadores de deficiência entre elas as características das tarefas motoras, o sujeito que aprende, aprendizagem prévia, o contexto da aprendizagem, o tipo de informação, etc. Não existe nenhum método ideal ou perfeito da Educação Física que se aplique no processo de Inclusão, porque o professor sabe e pode combinar numerosos procedimentos para remover barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. Educacion Fisica para niños y niñas com necesidades educativas especiales. Malaga : Ediciones Aljibe, 1995.
- CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de deficiência. Uberlândia, 1997.
- CORDE. Escola para todos. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1992.
- DUARTE, E.; WERNER, T. Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências. In: Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência: educação à distância. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995, v. 3.
- EDLER CARVALHO, R. Temas em Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA Ed., 1998.
- PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia. In: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994, p. 7-10.
- SASSAKI, Romeu K. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, Ed. WVA 1997.

TEZZA, E. M. A . O que é Síndrome de Down. Texto Didático, UFPR, Curitiba, 1995.
WERNER, D. Guia de Deficiências e Reabilitação Simplificada. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1994.